

política

Prefeito considera fim da 6X1 'irresponsabilidade eleitoral'

Melo projeta elevação do custo dos serviços na prefeitura da Capital

/ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB) palestrou no Tá na Mesa desta quarta-feira na sede da Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Fede-rasul) em Porto Alegre - onde classificou o fim da escala 6X1 como uma "irresponsabilidade eleitoral." Melo acredita que a redução da jornada de trabalho pode aumentar o custo dos serviços na prefeitura.

"É uma irresponsabilidade eleitoral. Um tema como esse não poderia ser decidido no calor do momento eleitoral. Deveria ser feito fora do período eleitoral, estudando setor por setor", analisou o prefeito na coletiva de imprensa que antecedeu a palestra. O evento também contou com a apresentação do advogado Ricardo Gomes, que foi vice-prefeito da Capital de 2021 a 2024, no primeiro mandato de Melo.

Melo também revelou que montou um grupo de técnicos municipais para avaliar o impacto da redução na jornada de trabalho na prefeitura. "Eles devem apresentar os resultados em até 30 dias", disse.

A Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP) - entidade presidida por Melo - apresentou na semana passada uma estimativa de aumento de R\$ 35 bilhões no custo dos serviços públicos municipais em todo o Brasil. A projeção da Confedera-



Sebastião Melo (c) estima aumento de R\$ 35 bi nos gastos no Brasil

ção Nacional dos Municípios (CNM) é consideravelmente menor: a entidade estima que a medida terá um impacto de R\$ 6,6 bilhões nos cofres municipais.

A matéria aprovada no Senado prevê uma jornada semanal de 40 horas para os trabalhadores brasileiros, sem redução do salário. Na prática, os trabalhadores passam a trabalhar cinco dias por semana, com dois de descanso, recebendo o mesmo vencimento.

"Por exemplo, a Cootravipa tem 3,5 mil trabalhadores para limpar a cidade. Com essa decisão tem dois caminhos: ou contrata-se mais 500 trabalhadores, ou a prefeitura coloca mais dinheiro. Isso vale para o caminhão do lixo, (operação) tapa buracos (nas vias públicas), parcerizações da assistência social, da educação e tantas outras áreas", mencionou o prefeito da Capital.

O emedebista também criticou o projeto de gratuidade no transporte público nos fins de semana, enviado pelo Palácio do Planalto ao Congresso Nacional nesta quarta-feira - faltando quatro dias para o segundo turno da eleição presidencial. Melo declarou apoio ao presidenciável Flávio Bolsonaro (PL), que disputa a segunda etapa do pleito com o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Na véspera da eleição, tem um projeto com transporte gratuito no fim de semana. O custo disso é bilionário. É mais uma irresponsabilidade", criticou Melo.

Na avaliação do outro palestrante do Tá na Mesa, a ampliação dos gastos federais em programas sociais perto da eleição é "crime eleitoral". "Melo sairia algemado do Paço Municipal se fizesse a mesma coisa", comparou Ricardo Gomes.

Melo defende que seu sucessor seja 'construído' em aliança entre MDB e PL

O prefeito Sebastião Melo (MDB) defendeu nesta quarta-feira que o seu sucessor na prefeitura de Porto Alegre seja construído a partir da aliança entre o MDB e o PL. Entretanto, Melo - que apoia o candidato à presidência da República Flávio Bolsonaro (PL) - sustentou que esse tema deve ser discutido após o segundo turno da eleição presidencial.

O tema das eleições municipais de 2028 foi trazido pelo ex-deputado federal Jerônimo Goergen (PP), durante o painel Tá na Mesa desta quarta-feira, quando Melo e o ex-vice-prefeito Ricardo Gomes falaram sobre os desafios do Brasil. Assim que o evento abriu para perguntas da plateia, Goergen defendeu mais mobilização do campo de direita após o candidato à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), se aproximar de Flávio Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto.

Após as manifestações a favor de Lula em Porto Alegre, Goergen acredita que os partidos de centro-direita devem começar a pensar desde já nas eleições municipais de 2028. "Já começou 2028. O que nós vimos aqui, vindo do vermelho, nos deixa com a enorme responsabilidade de já pensar na sucessão", ponderou.

E complementou: "Esse 'medinho' das pessoas (de direita) vai ser decisivo na eleição presidencial. Esse 'medinho' vai fazer a pessoa não viajar (para ir votar ou fazer campanha). Quando terminou o primeiro turno, parecia que a eleição já estava ganha (para Flávio)."

O prefeito de Porto Alegre concordou com a avaliação de

Jerônimo Goergen, porque, na opinião do emedebista, os votos destinados aos presidenciáveis Renan Santos (Missão) e Augusto Cury (Podemos) não serão transferidos diretamente a Flávio Bolsonaro. Os de Ronaldo Caia-do (PSD) devem ser transferidos mais facilmente ao candidato do PL.

"Vou repetir o que disse ao (governador eleito Luciano) Zucco (PL). Eu o encontrei quando estava ajudando a montar a agenda do Flávio Bolsonaro aqui em Porto Alegre (na semana passada). Eu disse: 'você deveriam se preocupar com a transição de governo só depois do segundo turno, para que todo mundo fique livre para cuidar da eleição'", revelou Melo.

Quanto às próximas eleições municipais, Melo defendeu que seu sucessor seja construído em uma aliança entre MDB e PL. "Quando uma eleição termina, ela desenha a próxima. Estou muito tranquilo nesse pleito: apoiei o candidato ao Palácio Piratini Gabriel Souza (MDB) no primeiro turno; e tenho uma aliança sólida com o PL, tenho muito orgulho disso. Teria apoiado Zucco num eventual segundo turno, assim como estou apoiando o Flávio. O meu candidato à prefeitura de Porto Alegre vai ser o nome construído nesta base. Não contem comigo para vaidades, nem para ficar olhando para o passado", projetou o emedebista que encerra o segundo mandato em 2028.

E concluiu: "Mas agora não é hora de tratar disso, porque estamos no segundo turno de uma eleição presidencial."

Projeto discute obrigatoriedade de emendas impositivas

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre iniciou a tramitação de um projeto que propõe revogar a obrigatoriedade da destinação de recursos do orçamento municipal para emendas impositivas. A proposta foi indicada ontem, na reunião conjunta das comissões, etapa em que os parlamentares analisam projetos que aguardam pareceres para avançar na tramitação legislativa.

Ao todo, 26 projetos foram indicados na reunião. Entre eles, a proposição que prevê o fim da obri-

gatoriedade de execução orçamentária e financeira das programações incluídas por meio de emendas individuais dos vereadores ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA de 2027 prevê a destinação de cerca de R\$ 70 milhões para a execução dessas emendas.

A proposta é de autoria dos vereadores Roberto Robaina, Alexandre Bublitz, Jonas Reis, Ramiro Rosário, Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Giovanni Culau e Coletivo, Erick Dênil, Idenir Cecchim, Juliana de Souza, Karen Santos, Grazi Oliveira, Natasha Ferreira e Atena Roveda.

Na justificativa, os autores defendem a discussão do tema diante de episódios recentes envolvendo re-

ursos de emendas impositivas. Entre eles, está a Operação Cinesia, deflagrada pelo Ministério Público em setembro de 2026, que investiga supostos desvios de recursos destinados à área da saúde por meio dessas emendas. A investigação resultou na prisão preventiva do vereador Giovane Byl.

A proposta não prejudicará a execução das emendas individuais da Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente na data da sua publicação, bem como nas leis orçamentárias de exercícios anteriores, inclusive as que ainda não foram executadas completamente. A nova lei proposta só deve produzir efeitos, se aprovada, no projeto de LOA encaminhado à Câmara posteriormente à sua publicação.

Aprovada transformação de salas comerciais em residências no Centro

A Câmara aprovou, ontem, um projeto que amplia permissões de moradia no Centro Histórico, além de uma proposta do Executivo que institui um programa de bolsas para professores. O primeiro texto permite transformar salas comerciais em unidades residenciais no Centro Histórico da Capital, retirando a restrição atual de metragem mínima de 60 m². Proposta pelo vereador José Freitas, a medida quer incentivar a ocupação da região e ampliar a oferta de opções como JK, loft, flat, kitnet e studios.

O Programa Municipal de Bolsas de Formação Continuada da Educação (Proforce) é destinado a servido-

res efetivos da Secretaria de Educação. A concessão deve ocorrer mediante processo seletivo público, regulado por edital, e o incentivo financeiro poderá ser integral ou parcial. O bolsista, em contrapartida, deverá desenvolver projeto aplicado na unidade ou território, atuar como multiplicador em formações e produzir relatório ou material de interesse da rede.

A plenária também foi marcada por debates relacionados ao segundo turno das eleições. As bancadas da base e da oposição utilizaram a tribuna e o microfone de apartes para manifestações relacionadas aos presidenciáveis e suas campanhas.